

(USO DO NUCEPE)

--



# CONCURSO PÚBLICO POLÍCIA CIVIL 2018



Universidade  
Estadual do Piauí

## PROVA ESCRITA DISSERTATIVA

CARGO: *DELEGADO DE POLÍCIA CIVIL DE 3ª CLASSE*

DATA: 08/07/2018 – HORÁRIO: 08h30min às 12h30min (horário do Piauí)

### INSTRUÇÕES

1. Você receberá do fiscal de sala, além deste caderno destinado à transcrição DOS TEXTOS DEFINITIVOS DA PROVA DISSERTATIVA, outro CADERNO DE RASCUNHO (de uso facultativo), contendo, também, o enunciado das 05 (cinco) questões discursivas.
2. Escreva o seu nome nos espaços indicados nas respectivas capas, observando as condições para tal (assinatura e nome completo em letra de forma), bem como o preenchimento do campo reservado à informação de seu número de inscrição, com caneta esferográfica (tinta de cor azul ou preta). **Não será avaliado o texto que apresentar qualquer assinatura ou marca identificadora fora do local apropriado.**
3. Na Prova Escrita Dissertativa, serão consideradas as seguintes habilidades do candidato: **raciocínio jurídico, fundamentação e consistência, capacidade de interpretação e exposição, correção gramatical e técnica profissional demonstrada.**
4. As questões discursivas são identificadas pelo número que se situa acima de seu enunciado e valerão 20 (vinte) pontos cada uma. Deverão ser desenvolvidas em, no mínimo, 20 (vinte) linhas e, no máximo, 30 (trinta) linhas. Não será permitido escrever no verso da referida folha, pois não serão avaliados fragmentos de textos escritos em locais indevidos.
5. Não serão distribuídas folhas suplementares para rascunhos e nem será permitida a troca do caderno de textos definitivos em qualquer hipótese.
6. Não será permitida qualquer comunicação entre os candidatos, consulta a quaisquer textos, ausentar-se da sala de aplicação de provas sem a autorização do fiscal de sala, nem tampouco portar aparelhos de comunicação e/ou eletrônicos.
7. O texto final da Prova Dissertativa deverá ser transcrito em letra legível, para o **CADERNO DEFINITIVO**, utilizando caneta esferográfica com tinta de cor azul ou preta. Terminada a prova devolva os Cadernos (Definitivo e Rascunho) ao fiscal de sala.
8. A desobediência a qualquer uma das determinações constantes em edital e nos presentes cadernos poderá implicar a anulação da sua prova.

# Universidade Estadual do Piauí

Nº DE INSCRIÇÃO

--	--	--	--	--	--

Assinatura

Nome do Candidato (letra de forma)

## **QUESTÃO 01 – DIREITO PENAL**

---

Mévio foi denunciado pelo Ministério Público por crime de roubo cometido no dia 10 de março de 2018. Após a instrução processual, Mévio foi condenado pelo citado crime. Em relação à aplicação da pena prevista no Código Penal, responda às questões abaixo em um único texto.

1. O artigo 68 do Código Penal determina que a pena será aplicada observando-se três fases distintas. Inicialmente, deverá o julgador encontrar a chamada pena-base, sobre a qual incidirão os demais cálculos. Após a aplicação da pena-base, o que deve ser considerado em relação à Segunda e à Terceira Fase na aplicação da pena?
2. Qual o significado das circunstâncias judiciais contidas no Código Penal? Justifique. No concurso de agravantes e atenuantes, a pena deve aproximar-se do limite indicado pelas circunstâncias preponderantes, quais são elas?

(USO DO NUCEPE)

**QUESTÃO 01**

**TEXTO DEFINITIVO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## **QUESTÃO 02 – DIREITO PROCESSUAL PENAL**

---

Caio, alegando que o magistrado era seu inimigo pessoal, impetrou exceção de suspeição nos termos do artigo 98 do Código Penal: “Art. 98. Quando qualquer das partes pretender recusar o juiz, deverá fazê-lo em petição assinada por ela própria ou por procurador com poderes especiais, aduzindo as suas razões acompanhadas de prova documental ou do rol de testemunhas”. Em relação ao tema, responda às questões abaixo em um único texto.

1. Quais as exceções previstas no Código de Processo Penal? Qual o conceito de exceção? Qual o significado da exceção de coisa julgada? Justifique.
2. De que forma o juiz de ofício pode reconhecer sua suspeição? Caso o juiz reconheça sua suspeição, o que ele deve fazer? Justifique.
3. O que as partes devem fazer quando pretenderem recusar o juiz, nos termos do Código de Processo Penal? Justifique.
4. Caso o juiz não reconheça sua suspeição, como ele deve proceder? Justifique.

(USO DO NUCEPE)

**QUESTÃO 02**

**TEXTO DEFINITIVO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



### **QUESTÃO 03 – DIREITO CONSTITUCIONAL**

---

Segundo Ronald Dworkin, quando os juristas discutem sobre direitos e obrigações, sobretudo naquelas situações — os chamados *casos difíceis* — em que as formas e os conceitos jurídicos parecem “agudizar-se” mais intensamente, os profissionais do Direito parecem lançar mão de *standards* (normas) que não operam como regras, mas sim, de forma diferente, como princípios (ou em outros casos como diretrizes políticas). (Ronald Dworkin. *Taking Rights Seriously*)

Em relação ao tema, responda às questões abaixo em um único texto.

- a) Explique como se resolve a tensão entre princípios constitucionais.
- b) Discorra sobre o mínimo existencial e a vedação do retrocesso, relacionando-os aos direitos fundamentais sociais.

(USO DO NUCEPE)

**QUESTÃO 03**

**TEXTO DEFINITIVO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

## **QUESTÃO 04 – DIREITO ADMINISTRATIVO**

---

Beltrano é Delegado da Polícia Civil do Estado do Piauí. Em dezembro de 2017, chegou à Corregedoria da Polícia Civil, a denúncia anônima de que Beltrano teria cometido, ainda no mês de fevereiro de 2011, no exercício do cargo de Delegado, grave infração de natureza administrativa, prevista como hipótese geradora da perda do cargo público. Considerando a situação posta e com fundamento nas normas incidentes, na doutrina, bem como na jurisprudência dos tribunais superiores, discorra, em um único texto, sobre os seguintes tópicos:

1. A denúncia anônima é instrumento juridicamente idôneo para dar origem a processo administrativo disciplinar?
2. O transcurso do tempo, desde o momento em que teria ocorrido a suposta infração, inviabiliza a apuração disciplinar?



(USO DO NUCEPE)

**QUESTÃO 04**

**TEXTO DEFINITIVO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	



## **QUESTÃO 05 – LEGISLAÇÃO ESPECIAL E SUAS ALTERAÇÕES**

Segundo noticiou o site UOL (Universo Online), o Tribunal de Justiça do Estado do Amazonas utilizará a Lei nº 12.694/2012 no julgamento de 213 acusados do assassinato de 56 presos do COMPAJ (Complexo Penitenciário Anísio Jobim) ocorrido em janeiro de 2017. A referida lei dispõe sobre o processo e o julgamento colegiado em primeiro grau de jurisdição de crimes praticados por organizações criminosas e teve como objetivo trazer mais segurança à vida dos magistrados que julgam estes tipos de crime. Diante dessa situação, elabore um texto que:

1. Relacione a Lei nº 12.694/2012 ao Princípio Constitucional do Juiz Natural.
2. Diga como se dá a composição do colegiado.
3. Identifique quem instaura o colegiado.
4. Expresse, de acordo com a Lei nº 12.694/2012, o que se considera organização criminosa.

(USO DO NUCEPE)

**QUESTÃO 05**

**TEXTO DEFINITIVO**

1	
2	
3	
4	
5	
6	
7	
8	
9	
10	
11	
12	
13	
14	
15	
16	
17	
18	
19	
20	
21	
22	
23	
24	
25	
26	
27	
28	
29	
30	

